

ENTREVISTA JORGE SILVA Bastonário da Ordem dos Notários

“Plataforma digital estará disponível para os cidadãos no final deste ano”

Jorge Silva fala sobre a criação da plataforma digital dos notários e a atualidade. Defende que a Ordem dos Advogados não pode criar um sistema de triagem para os alertas de branqueamento de capitais.

RICARDO SANTOS
FERREIRA E ANTÓNIO
VASCONCELOS MOREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

O bastonário da Ordem dos Notários, Jorge Silva, é o convidado desta semana do programa Decisores, nesta edição apresentado por Ricardo Santos Ferreira, transmitido hoje, às 11h00, nos sites e nas redes sociais do Jornal Económico.

Foi eleito no final do ano passado, que balanço faz deste primeiros meses na Ordem?

O balanço é extremamente positivo. Desde logo, reatámos alguns laços perdidos, nomeadamente com o Ministério da Justiça e várias instituições públicas. Relançamos um pouco a atividade notarial, focando-nos naquilo que é essencial para nós, isto é, um serviço público moderno, desmaterializado e baseado naquilo que são as necessidades dos cidadãos e das empresas. Foram meses de muito trabalho, mas bastante compensadores e perspectiva um futuro muito interessante para aquilo que é o serviço notarial português.

Estão a preparar uma plataforma para desmaterializar os atos notariais. Como está

a concretização desse processo? Considerando as condicionantes que são sempre colocadas pela contratação pública, demos passos que julgo que são seguros. Desde logo, assumirmos termos transparência tecnológica e que as opções fossem as mais claras possíveis. Fizemos um protocolo com o Instituto Politécnico do Porto e neste momento temos um doutorado do IPP que assessora todo o processo, desde os cadernos de encargos a toda a implementação da plataforma.

Por outro lado, iniciámos um processo de escolha de empresas que poderiam colocar de pé este projeto no mais curto espaço de tempo.

Neste momento, já vamos iniciar o processo de implementação propriamente dito, tecnológico. Garantidamente, até ao final deste ano será possível testar a plataforma e tê-la preparada para ser utilizada pelos cidadãos, nomeadamente, para consultar escrituras desmaterializadas numa plataforma digital, com base numa certidão permanente.

Tem tido manifestações de interesse de entidades para utilizarem a plataforma?

Tivemos até um excesso de ofertas e uma ótima receção daquilo que são as propostas da Ordem dos Notários, nomeadamente das entidades públicas, que consideram esta plataforma bastante favorável, porque elas próprias passarão a aceder às bases de dados sem necessidade de fazerem pedidos em papel e de passarem por um processo bastante burocrático. Mas também de muitas entidades privadas que vêm nesta plataforma a possibilidade de desmaterializarem os seus processos de contratação. Estamos a falar de muitos contratos normais, que fazemos todos os dias, contratos, procurações, uma série de negócios jurídicos que passarão a ser desmaterializados ou consultados, depois de o documento ter sido feito fisicamente [e introduzido na plataforma]. Quando a lei assim o permitir,

será a desmaterialização total do negócio jurídico, podendo ser feito totalmente à distância, em que um cidadão poderá, a partir de sua casa, assinar o contrato e o notário verificar a legalidade do contrato, minutar o contrato, verificar a identidade das partes que o estão a assinar, de maneira a consolidar o negócio jurídico, de uma forma extremamente simples e desburocratizada e ao um preço justo, que também é importante neste tipo de projetos.

Este projeto já foi apresentado à ministra da Presidência, responsável pela modernização administrativa. Qual foi a reação e qual é o empenho?

A reação foi extremamente positiva, desde logo porque consideraram bastante disruptivo aquilo que é o projeto de uma profissão que tem 800 anos e que resolveu modernizar-se, indo ao encontro do desejo do próprio ministério. Nesta medida, o ministério disponibilizou-se para nos auxiliar em tudo aquilo que fosse necessário no âmbito das alterações legislativas. Neste momento, não estamos apenas a trabalhar com o Ministério da Modernização Administrativa, como estamos também a trabalhar com o Ministério da Justiça, no sentido de adotarmos um quadro legislativo de maneira a aproveitarmos da melhor maneira possível esta plataforma. Muitos dos projetos tecnológicos que são feitos dependem de alterações legais e é essa falta de alteração legal que acaba por matar os projetos.

Os testamentos e a possibilidade de serem consultados no futuro, de forma digital, garantindo todas as obrigações de confidencialidade e segurança que existem para os testamentos físicos, foram consideradas medidas “Simplex”, para verem a importância que o próprio ministério acabou por dar.

Há algumas medidas que dependem apenas de portaria regulamentar e, nesse medida, precisamos apenas que o Governo legisle,

e o Governo está apenas à espera que a Ordem defina o seu quadro tecnológico para depois publicar as portarias e cumprindo-se, assim, o apoio que nos foi dado desde o primeiro dia, nomeadamente pela secretária de Estado Anabela Pedrosa.

Como está a ser vista dentro da Ordem esta digitalização dos processos?

Desde a privatização do notariado, os escritórios notariais optaram por um processo de parametrização bastante interessante, que acabou por desmaterializar todos os processos internos dos cartórios. O passo que estamos a dar neste momento é o fechar de um ciclo que começou em 2004 e que agora esta direção vai tentar implementar. E digo isto porque, por vezes, temos uma ideia errada – os notários, não sendo uma administração pública, continuam a ser oficiais públicos, com uma organização bastante baseada nas diretrizes públicas. Temos uma ideia errada de que tudo continua bastante arcaico, quando até se pode dizer que a nível europeu temos uma estrutura bastante avançada e somos, com certeza, entre os países da Europa, um dos mais evoluídos nesta matéria.

O que nós estamos a fazer é ligar todos os cartórios em rede e depois criar um instrumento para que os cidadãos e as empresas possam interagir com os cartórios. Por isso, a reação em quase todos os notários foi positiva.

Disse-me que estes novos processos permitiriam dar força à presença de notários em zonas do país que estão mais longe dos centros de decisão. Pode contribuir para um melhor serviço dos notários nas zonas do interior?

Este será o aspeto, a nível pessoal, em que mais me satisfará este projeto. Os notários estão espalhados pelo país inteiro, nas ilhas, em muitas cidades onde já existem poucos serviços públicos e temos tentado ao longo dos anos comba-



ter este abandono do interior. E muitos notários – e há que elogiar os notários do interior – lutam todos os dias para conseguirem manter as portas abertas. E é um processo difícil, porque há pouca população, que é envelhecida, há poucos negócios jurídicos, e isso, naturalmente, para quem vive do seu trabalho, torna-se bastante difícil.

Este projeto irá permitir, por um lado, aos notários do interior prestar mais serviços a nível nacional e, com isso, tornar mais fortes esses cartórios, para poderem investir; por outro lado, vai permitir aos investidores acederem a documentos, poderem celebrar negócios jurídicos sem terem que se deslocar. Não podemos continuar a pensar num sistema, nem macrocéfalo nem bicéfalo nem tricéfalo; não adianta concentrarmos tudo no litoral e mantermos o pólo de Lisboa, seja do Porto, ou criarmos mais um pólo, ou quatro.

Está em contacto com ordens de outros países, nomeadamente com o Brasil, para tentar criar um sistema. Que evolução já houve?

Nós optámos por começar pelo es-



Cristina Bernardo

tado do Paraná, um estado mais pequeno, para fazermos alguns testes e até porque há alguns interesses portugueses lá. Mas também já houve alguns contactos com o Ministério da Justiça brasileiro que queremos aprofundar para tornar este processo num processo federal. Isso permitiria uma rápida implementação, porque o Brasil tem uma organização mais complexa baseada em estados que têm um poder de decisão próprio e que por vezes atrasam a implementação deste tipo de projetos. Eu entendo que com um projeto-piloto a correr bem no Brasil – que terá tudo para correr bem porque os brasileiros também investiram bastante na parte tecnológica – acredito que rapidamente seja possível colocar esse projeto-piloto no terreno e começarmos a fazer testes o mais depressa possível. Por vezes tem-se a noção errada de que tudo depende dos Estados e que tudo depende dos governos, mas não.

É na Europa?

Na Europa, o país com quem nós temos falado mais intensamente é com a França, porque temos lá muitos portugueses e são eles que nos pressionam para encontrar-

mos soluções o mais depressa possível. E já estivemos com notariado francês para conseguirmos ter um projeto-piloto no terreno para conseguirmos o envio e a receção de documentos digitais. No caso dos franceses acaba por ser mais fácil, porque já têm uma escritura pública digital; acaba por ser mais simples encontrar os mínimos tecnológicos para estabelecermos um programa-piloto.

Para além disso, estamos a estudar um programa de financiamento europeu para o utilizarmos para a implementação de um projeto europeu. Era bastante importante para Portugal que conseguíssemos estabelecer um projeto-piloto nas principais locomotivas da Europa, nomeadamente a França e a Alemanha; isso dava-nos uma vantagem competitiva e uma vantagem económica bastante grande, porque a circulação de pessoas e bens está cada vez mais presente e Portugal tem conhecido uma explosão, quer seja por via do turismo, quer seja pela via de captação de novos habitantes europeus; é fundamental que se aproveite este momento do país em que também eles sentem a necessidade deste tipo de ferramentas para os convencer a con-

seguir introduzir-nos naquilo que são uma espécie de clubes privados que a Europa ainda tem.

Que tipo de investimento é que é necessário para concretizar um sistema destes em Portugal?

Meço sempre os investimentos por fases. Do ponto de vista da Ordem dos Notários, iremos investir meio milhão de euros faseadamente, com base no retorno da plataforma e isso é bastante importante. Criar projetos que depois não se autofinanciem é dos maiores erros que as organizações podem fazer e muito mais na Ordem dos Notários, porque é estritamente financiada através das quotas dos seus associados. Tendo definido já o montante de investimento de 2018 – que será de 200 mil euros – será possível lançar a versão 1.0 da plataforma. E depois os investimentos são graduais, em função do retorno da plataforma; a tudo aquilo a que a plataforma conseguir dar cobertura em faturação será investido para a sua manutenção. Além disso, a Ordem pode investir anualmente na criação de novos serviços. A Ordem tem um projeto para a plataforma a três anos e iremos apostar bastante

na versão 1.0 e na versão 2.0, essas duas versões terão o grosso do nosso investimento; depois iremos, com certeza, precisar – para ajustes de imagem, para a criação de novos serviços, etc – de um valor que andarà à volta dos 100 mil euros, que será a última tranche a ser gasta.

Já tem resposta do Ministério da Justiça sobre a aplicação aos advogados da nova lei contra o branqueamento de capitais?

O Ministério da Justiça, para já, ainda não se pronunciou. A Ordem dos Notários, sobre o branqueamento de capitais, tem uma posição extremamente clara que é: nós queremos que a lei seja cumprida. Os notários têm pela sua função de fazer cumprir a lei e não vamos abdicar desse papel na lei de branqueamento de capitais. O branqueamento de capitais é uma coisa que incomoda, que obriga a um grande transtorno para os profissionais, para os advogados, para os notários, para os solicitadores, para os conservadores; dá bastante trabalho, obriga a um dever de vigilância, obriga a um dever de comunicação, obriga a um dever de preservação de dados, e tudo são tarefas adicionais

para as pessoas e é normal que estejam esgotadas.


Mas estamos a falar de uma lei que deriva de diretivas comunitárias de 2015 e 2016. Ou seja, todos nós já sabíamos que o país teria que aplicar esta lei e que a diretiva de branqueamento de capitais teria que ser transportada. A lei obriga a que os notários, os advogados, os solicitadores comuniquem aquelas situações que, pelas suas características, possam indiciar branqueamento de capitais, o que não quer dizer que a situação em concreto seja efetivamente uma situação de branqueamento de capitais, apenas que há uma aparente situação de branqueamento de capitais.

Temos junto dos notários promovido formação, já fomos inspecionados pelo Instituto do Notariado, tendo sido os resultados bastante positivos, logo após a entrada em vigor desta lei, em 2017. É com alguma surpresa que tenho assistido a um conjunto de declarações, quer do bastonário da Ordem dos Advogados, quer de outros advogados, no sentido de que irá ser criado pela Ordem dos Advogados um sistema de filtragem que, na minha opinião, viola de forma clara a diretiva. A lei prevê um sistema de exceção para os advogados, para o caso de estarmos perante uma ação judicial, uma ação penal, durante um processo ou na fase de preparação de um processo, em que o advogado não seja obrigado a comunicar. Nisso, a Ordem dos Notários estará a lutar ao lado da ordem dos advogados. Agora, quando estamos a falar, por exemplo, de um advogado intervir num contrato de compra e venda de bens imóveis, em que o país está a receber investimento estrangeiro, nós não podemos de forma alguma criar um sistema de filtragem por parte da Ordem dos Advogados. Aliás, a lei diz precisamente o contrário. A lei diz: sim, a Ordem pode receber as participações dos advogados, mas tem que as comunicar sem filtragem. E não foi por acaso que o legislador escreveu “sem filtragem”. Foi precisamente para que todas as comunicações chegassem ao Ministério Público e à Polícia Judiciária, para que possam ser controladas.

Vão insistir para ter uma resposta do Ministério da Justiça?

Nós vamos insistir com o Ministério da Justiça, já pedimos uma audiência com a senhora ministra da Justiça e uma audiência com a senhora procuradora-geral da República no sentido de percebermos o que pensam da posição da Ordem dos Advogados. O Estado tem que ter uma posição e nós temos que saber qual é a posição deles perante declarações que são públicas; e para sabermos, também, como é que vamos reagir futuramente. ●

ifthenpay Referências Multibanco para a sua empresa
 www.ifthenpay.com



ET CETERA

AUTOCARAVANAS
 O negócio de aluguer não para de crescer. ● P4 e 5



PEDRO QUEIROZ PEREIRA
 O industrial sem medo. ● P2



Nº 1951 | 24 agosto 2018



O Jornal Económico

www.jornaleconomico.pt

Diretor Filipe Alves | Diretor Adjunto Shrikesh Laxmidas | Subdiretor Ricardo Santos Ferreira
 Diretor de Arte Mário Malhão | Preço €2,90 (cont.) | Semanário, sai às sextas

Três consórcios que queriam comprar a Comporta voltaram à corrida

Amorim, Portugália e Louis-Albert aceitaram as regras do novo concurso para a compra da Herdade da Comporta, assinando o compromisso de não litigância e o acordo de confidencialidade. Dos participantes no primeiro processo, só a Oakvest ficou de fora. ● P18



PROTAGONISTA

“O Barreiro não tem preços especulativos no imobiliário”

Frederico Rosa, presidente da Câmara Municipal do Barreiro diz que quer afirmar a cidade como alternativa a Lisboa, tanto na habitação como no turismo. E quer soluções para os problemas da mobilidade. ● P4

MEDIA

Cristina Ferreira vai ter contrato por objetivos na SIC

Apresentadora vai ser a personalidade da comunicação social mais bem paga em Portugal e concorrer com o programa que apresenta desde 2004 na TVI. Sousa Tavares vai fazer o caminho inverso. ● P23



Cristina Ferreira
 Apresentadora

DESPORTO

“Sporting tem 400 milhões [de euros] de passivo consolidado” ● P32



Pedro Madeira Rodrigues
 Candidato à presidência do SCP

Dona da Universidade Europeia quer reduzir na Europa. Portugal está na lista ● P36

BANCA
 Alvaro Nascimento vai ser o próximo chairman do Montepio ● P16

GESTÃO DE FUNDOS
 DIF Brokers fechou acordo para comprar a Optimize ● P17

POLÍTICA
 Maiores partidos fazem contenção de custos na ‘rentrée’ ● P8

BASTONÁRIO DOS NOTÁRIOS
 “A Ordem dos Advogados não pode filtrar os alertas de branqueamento” ● P10

BARÔMETRO EY

